



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

### LAUDO TÉCNICO nº 22/2010

#### 1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento ao requerimento da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, este laudo técnico tem como objetivo analisar o estado de conservação, fazer sugestões de intervenção e sugerir forma de proteção ao bem histórico denominado de “Canoa Indígena”, também conhecido como piroga ou ubá, que se encontra depositada no parque de exposição do município de São Vicente de Minas, Sul de Minas Gerais.

No dia 06 de abril de 2010, a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães, analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Historiador do IPHAN, José Bittencourt, realizaram uma vistoria no referido bem arqueológico.



Promotoria Estadual de  
Defesa do Patrimônio  
Cultural e Turístico  
de Minas Gerais

Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062  
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: [cppc@mp.mg.gov.br](mailto:cppc@mp.mg.gov.br)

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

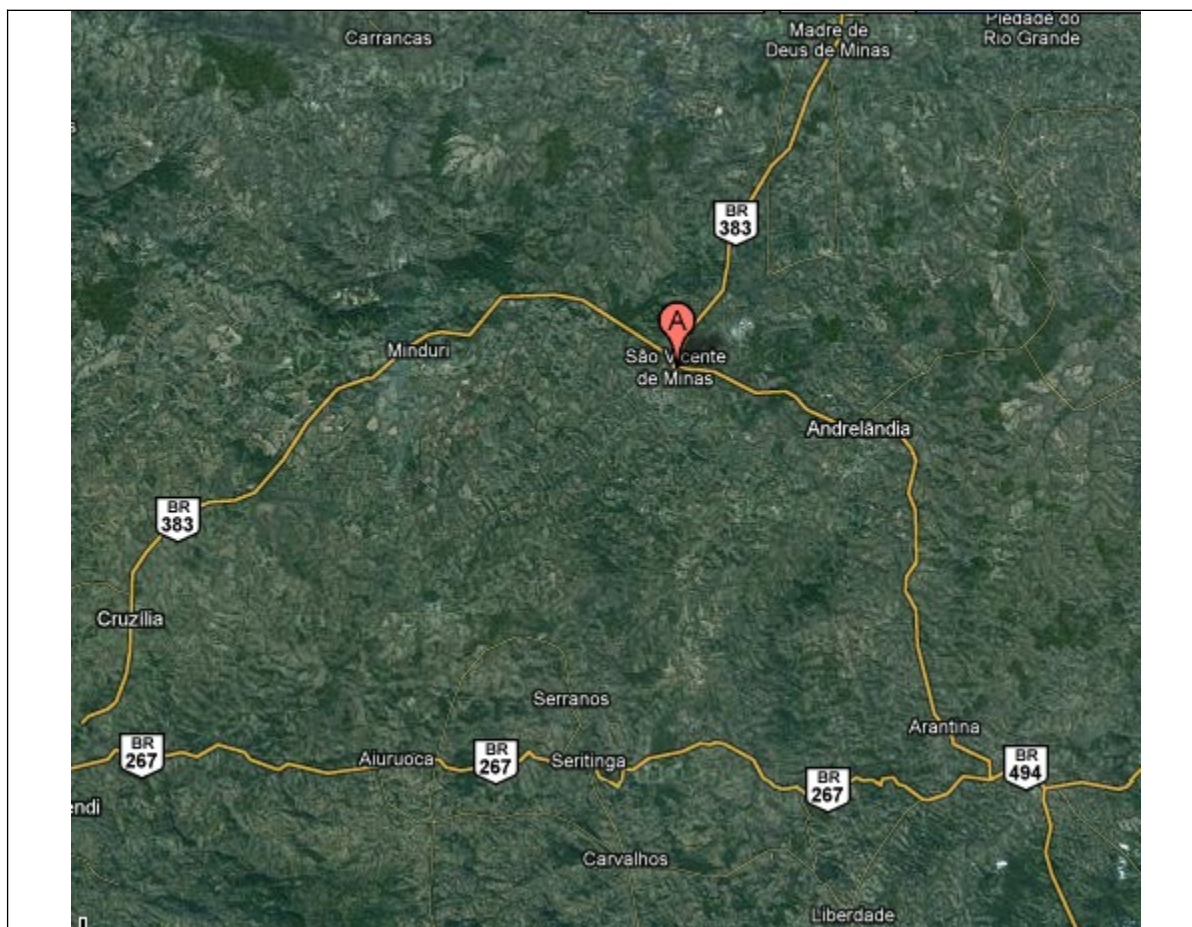


Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de São Vicente de Minas (indicado por elemento na cor vermelha). Fonte: *GoogleMaps*. Acesso em: abril. 2010.

## 2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção no bem cultural com registro fotográfico e análise dos seguintes documentos: Plano de Inventário elaborado pela Prefeitura de São Vicente de Minas (Administração de 2005/2008) e texto: “Construção Naval Tradicional no Brasil – Canoa, autor: Dalmo Vieira Filho, 2003”. Entrevistas com: Presidente do Conselho Municipal de Cultura de São Vicente de Minas, Sr. Antônio Roberto de Oliveira. Pesquisas: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, IEPHA e IPHAN.

## 3 - BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DE MINAS<sup>1</sup>

<sup>1</sup> As informações referentes ao histórico do município foram retiradas do Plano de Inventário realizado em 2008 pela empresa PERMEAR (Consultoria de patrimônio cultural).

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

De acordo com a pesquisadora Maria Sofia Farage Carvalho<sup>2</sup>, a origem de São Vicente de Minas remonta ao final do século XVIII, por volta de 1797, está ligada aos caminhos percorridos pelos bandeirantes oriundos de Taubaté (São Paulo) que passavam na região. É uma história parecida com a de outros municípios da região, como Aiuruoca ou o antigo Turvo (hoje Andrelândia) aos quais pertenceu com Distrito, sucessivamente, São Vicente de Minas.

Conforme Calogeras<sup>3</sup>, podemos verificar o roteiro de viagem do Revmo. Vigário João de Faria, em meados do século XVII, que cita a região:

*“(...) temos noticia pelas duas copias do interessante roteiro achado na Bibliotheca Nacional e aqui transcripto da publicação feita na Revista do Instituto Histórico de S. Paulo.*

*Roteiro das minas de ouro que descobriu o revmo. Vigário João de Faria e seus parentes e do mais que tem em si os Campos.*

*(...) até o rio Grande vão quinze dias de jornada, cujas cabeceiras nascem da Serra de Juruoca (...)*

*Esse documento comprava a these defendida da freqüência das entradas em Minas, e da alteração de seu antigo característico de correrias atraz dos indígenas.”*

A partir desse documento podemos comprovar os caminhos desbravados pelos bandeirantes na região Sul do estado de Minas Gerais, confirmando a presença de povos indígenas. De acordo com a Revista do Arquivo Público Mineiro (1904), possuía uma aldeia indígena que foi destruída por bandeirantes no início do século XVIII. De acordo com o artigo de MIRANDA<sup>4</sup> os povos indígenas que ocupavam a região da Serra da Mantiqueira, entre os rios Turvo e Preto, foram os índios Bocoanis. E na região do Aiuruoca, os Guanhanhãs, onde *“se encontraram esses tapuias “andarilhos”, na época da conquista de Minas.”*<sup>5</sup>

De acordo com o “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil<sup>6</sup>”, João de Siqueira Afonso foi um bandeirante, da cidade de Taubaté, que impulsionado pela corrida do ouro, transpôs a Serra da Mantiqueira e entrou em território mineiro. De acordo com informações constantes no Códice Costa Matoso, teria se internado pelo “sertão que então

<sup>2</sup> CARVALHO, Maria Sofia Farage. Pesquisa sobre São Vicente de Minas: datil, p. 1 a 3.

<sup>3</sup> CALOGERAS, João Pandiá. As Minas do Brasil e sua legislação. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904, p. 57 e 58.

<sup>4</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O Extermínio dos Indígenas de Andrelândia. Jornal NPA n° 8, outubro de 2000, p.6.

<sup>5</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXV, vol.1, Imprensa Oficial: Belo Horizonte, p.337.

<sup>6</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Belo Horizonte e colaboração da Universidade de São Paulo, 1989, P. 19.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

era a parte do sul da estrada que vai para São Paulo, três dias de jornada afastado para aquela parte de São João del-Rei, nas cabeceiras do rio Grande”<sup>7</sup>, e descobriu as minas do Sumidouro em 1702, as de Guarapiranga (atual Piranga) em 1704, e, ainda impulsionado pela sua ambição, seguiu pelo "Rio Grande" até a Serra dos Papagaios, onde em 1705 descobriu as minas de Aiuruoca e em 1706 fundou o arraial de mesmo nome (Aiuruoca).

Nesses caminhos encontramos o vale do Rio Aiuruoca<sup>8</sup> onde se instalaram grandes fazendas. E foi na proximidade dessas mesmas fazendas que veio a se formar o povoado que originou a atual cidade de São Vicente de Minas.

O nome da cidade de São Vicente de Minas deve-se particularmente à devoção a uma imagem *foi encontrada à beira de uma nascente próxima a uma trilha ou pouso de tropeiros*<sup>9</sup>, no início do século XVIII, por um empregado do grande fazendeiro e alferes Francisco José de Andrade Mello. A imagem referida foi identificada, a posterior, sendo de São Vicente Ferrer. Conforme relatos descritos em Carvalho<sup>10</sup>, o empregado ao encontrar a imagem:

*“(...) Imediatamente ele a levou até o patrão que constatou que se tratava da imagem de um santo, e examinando-a melhor, descobriu logo que por baixo do pedestal havia uma inscrição em língua para ele desconhecida. Resolveu então escrever ao seu amigo Hermes, residente no Rio de Janeiro, que era homem culto, que viesse a sua fazenda e mostrasse a inscrição, que estava escrita em latim e verificaram que a imagem era de um santo espanhol, São Vicente Ferrer. Depois disso a fazenda passou a ser visitada pelos que residiam nas proximidades e daí nasceu uma grande devoção ao santo.”*

No local o fazendeiro mandou construir uma capela sob o orago do Santo, esta se tornou ponto de encontro de tropeiros e mascates levando ao surgimento do povoado. A localidade era exatamente onde passava o citado caminho de ligação de São Paulo com as Minas:

<sup>7</sup> CODICE, Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 183.

<sup>8</sup> Antigas denominações sobre o nome Aiuruoca: Iuruoca, Juruoca, Jeruoca e Ieruoca. O nome deriva do Tupi que quer dizer: “*casa de papagaios, aludindo a um penhasco redondo, e elevado aos ares, sobre um dos mais altos montes daquele lugar em que os papagaios faziam morada.*” (Retirado do TAUNAY, Afonso de E. Direção. Relatos sertanistas, volume VII. Biblioteca Histórica Paulista, 1943.

<sup>9</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume XXVI. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959, p. 288.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.1.

## Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*“(...) À sombra dessa capela, que se tornou então o centro das atividades sociais da redondeza, cresceu e prosperou o primeiro núcleo, base do futuro arraial de São Vicente Ferrer.”<sup>11</sup>*

Em 1799, o povoado recebeu o nome de São Vicente Ferrer. Em 1814, obteve o beneplácito régio e em 1824 a provisão ordinária, a qual proporcionou em 1830 que o Padre João de Almeida Ramos inaugurasse a nova Igreja Matriz. Através da Lei 762 de 1856, houve a elevação à freguesia e a distrito do Turvo (Andrelândia), retirando-a da área de influência de Aiuruoca. O Decreto Estadual n.º 148 de 1938 elevou São Vicente Ferrer a município e mudou o nome do mesmo para Francisco Sales. Sendo apenas em 1953, através da Lei 1039, que o município recebeu o seu atual nome: São Vicente de Minas.



Figura 02 – Imagem contendo uma foto antiga de São Vicente de Minas Fonte: <http://www.saovicenteminas.com/conteudo.asp>. Acesso em: abril. 2010.

### 4 – BREVE HISTÓRICO SOBRE CANOA INDÍGENA

O primeiro relato histórico que possuímos sobre as embarcações indígenas no Brasil foi escrito por Pero Vaz de Caminha em suas cartas. Descrevendo o encontro com o “novo mundo”, Caminha relata que tomou dois daqueles homens da terra (índios), mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Almadia era a denominação dada por Caminha às canoas indígenas, palavra originária do árabe e que era usada para designar embarcações compridas e estreitas.

Conforme pesquisa de Vieira<sup>12</sup>, os primeiros europeus a ouvirem a expressão canoa foram os tripulantes da embarcação de Cristóvão Colombo. O Almirante Antônio Câmara,

<sup>11</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; volume XXVII. Rio de Janeiro, 1959.

<sup>12</sup> VIEIRA, Dalmo Filho. Construção Naval Tradicional no Brasil – Canoas, janeiro de 2003.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

o primeiro estudioso sobre as construção de canoas publicou em 1888 um estudo de suas pesquisas “Ensaio sobre as Construções Navaes Indígenas do Brasil” onde afirma que “*a origem desta palavra é americana, das caraíbas*”. Em sua obra cita o vocabulário português latino do Padre Rafael Bluteau publicado em 1712, que descreve:

*“Canoa – Embarcação, de que usam os gentios da América para a guerra, de que mais se aproveitam os moradores para o serviço, pela pouca água que demandam e pela facilidade com que navegam (...). Cada qual se forma de um só pau comprido e boleado, a que tirada a face de cima, arrancam todo o âmago, e fica a moda de lançadeira de tear, e capaz de vinte ou trinta remeiros”.*

A construção de embarcações primitivas se deu de duas maneiras: balsas e canoas. As balsas são feitas a partir de um processo de união de cipós e ataduras a vários pedaços de madeira. As canoas são feitas pelo processo de escavação de um tronco de árvore. Esses dois tipos de embarcação não são exclusivos dos povos indígenas e foram usados em todos os continentes.

Rugendas<sup>13</sup> em seus relatos pelo Brasil analisa algumas tribos indígenas e ressalta que elas eram diferentes em seus costumes e descreve sobre as canoas indígenas:

*“As canoas são raras, nem todas as tribos possuem. (...) Outras tribos, no tempo do descobrimento, serviam-se de pirogas e de jangadas, para fazer a guerra, reunindo mesmo, às vezes, pequenas frotas. Não existem mais vestígios, entretanto, dessas tribos. As canoas dos índios são troncos escavados, de um comprimento, às vezes, de vinte pés; não tem velas e eles empregam para manobrá-las curtos remos.”*

Rugendas esteve no Brasil durante 1822-1825 e descreveu os costumes dos europeus, índios e negros. Na gravura abaixo podemos verificar o comprimento de uma canoa que comportava 12 índios na referida imagem.

<sup>13</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem Pitoresca através do Brasil. Editora Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 170.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 03 – Representação de Canoa de índio (prancha 55) de Rugendas<sup>14</sup>.

De acordo com Cardim<sup>15</sup>:

*Neste Brasil há arvoredos em que se achão arvores de notável grossura, e comprimento, de que se fazem mui grandes canoas, de largura de 7, e 8 palmos de vão, e de comprimento de cincoenta e mais palmos, que carregarão como hum grande barca, e leverão 20 e 30 remeiros.”*

A construção de canoas dependia de diversos fatores como, por exemplo, das árvores disponíveis, das necessidades humanas, entre outros. Esses fatores contribuíram para a diversificação dos modelos de canoas criadas em cada parte do mundo. As canoas indígenas para dez ou mais lugares tornaram-se mais comum depois do contato com os portugueses, quando o índio passou utilizar o metal, cedido pelos portugueses em troca do pau-brasil.

Conforme análise de Vieira<sup>16</sup>:

*“ Inicialmente, escavavam-se os troncos grossos com o auxílio de fogo e pedras, em um penoso processo que trazia como recompensa*

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Editora Itatiaia: Belo Horizonte e colaboração da Universidade de São Paulo, 1980, P. 40.

<sup>16</sup>VIEIRA, Dalmo Filho. *Construção Naval Tradicional no Brasil – Canoas*, janeiro de 2003.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*sólidas embarcações. Onde a natureza proporcionava a ocorrência de grandes árvores dotadas de grossas cascas, o homem aprendeu, através do calor, a desprender a camada externa do caule, de modo a construir canoas como quem dobra uma folha de papel. (...)*

*Descobertos os metais, tornou-se muito mais fácil a escavação de toras de madeira, mas logo a evolução permitiu que o homem aperfeiçoasse suas ferramentas e trabalhasse a madeira de modo a obter peças com seções esbeltas, de uma madeira que teria sido impossível com fogo ou rochas.*

De acordo com Denis<sup>17</sup>, a fabricação de canoas era uma “*operação difícil antes da chegada dos europeus, mas que conseguiam realizar mediante o fogo aplicado segundo certas regras e graças à dureza de seus machados de pedra.*”

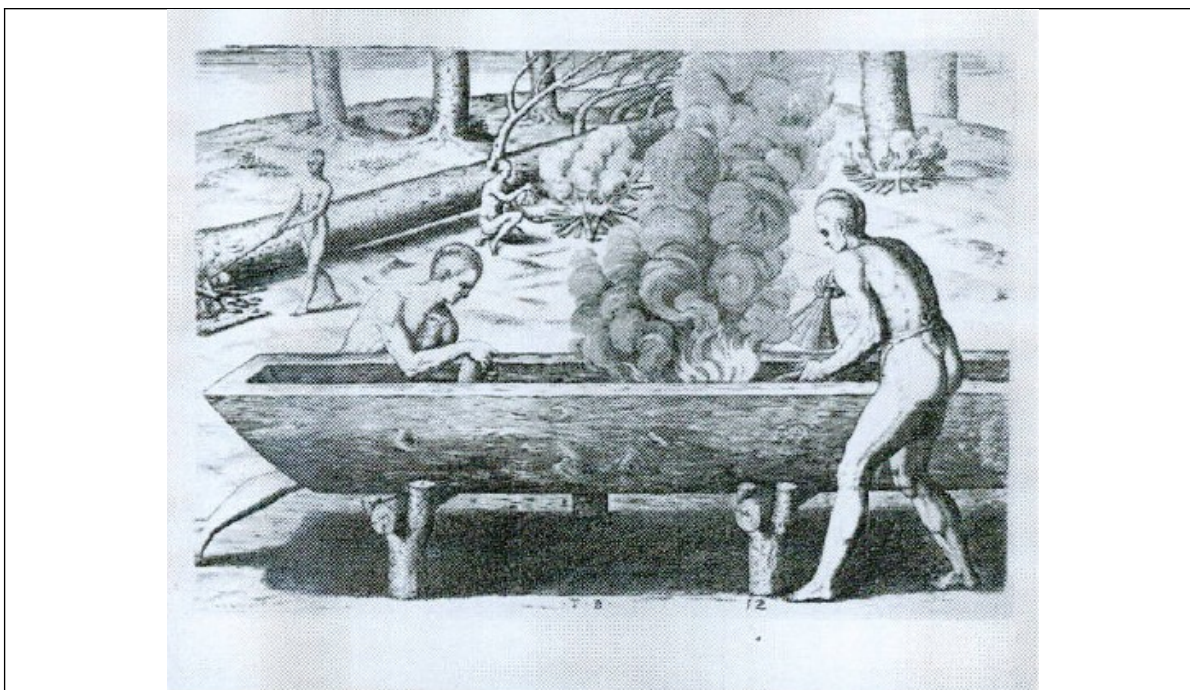


Figura 04 – Gravura de Theodor de Bry (1528-1598). Representação dos índios construindo suas canoas. Gravura cedida pelo técnico do IPHAN José Bittencourt.

Com a chegada dos novos povos ao continente brasileiro (europeus e africanos), a construção das canoas foi recebendo várias influências, detalhes e modelos. As canoas indígenas, anteriores a essas influências, deslocavam-se através de remos, inexistindo o uso ou o conhecimento da vela. A introdução de mastros e velas foi a primeira adaptação

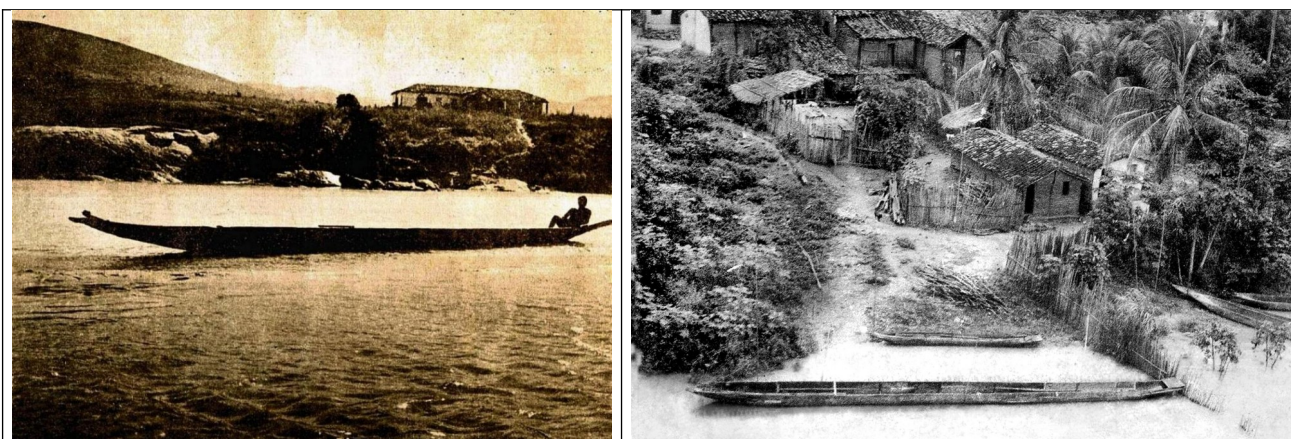
<sup>17</sup> DENIS, Ferdinand. Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 40.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

importante nas canoas brasileiras, sendo que mais adaptações surgiram proporcionando uma enorme variedade de canoas encontradas em todo o Brasil.

De acordo com informações do Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola, Coordenador do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território/Universidade Vale do Rio Doce – Univale, “*Esse tipo de embarcação também foi usada na África, também em Portugal. Elas foram básicas na expansão Tupi-guarani. Até pouco tempo eram vistas frequentemente no litoral do Espírito Santo e Bahia, antes da explosão do turismo. A maioria foi enfeitar jardins e bares de praia*”.



Figuras 05 e 06 – Fotos de canoa monóxilas. A foto 05 demonstra uma canoa nas águas do Jequitinhonha. A foto 06 demonstra uma canoa nas águas do Rio Doce, que foi usada até os anos de 1960.

O Brasil é o país mais rico do mundo em variedade de embarcações tradicionais, inclusive de canoas. De acordo com as pesquisas de Vieira<sup>18</sup>:

*“Mais do que a extensão do litoral e das bacias hidrográficas, esta riqueza é resultado de uma fantástica inteiração de conhecimentos resultante da diversidade étnica, fazendo com que em muitos dos barcos brasileiros possam notar-se tradições e conhecimentos originários de diferentes partes do mundo.”*

## 5 – ANÁLISE TÉCNICA SOBRE A CANOA DEPOSITADA EM SÃO VICENTE DE MINAS.

A canoa foi encontrada no leito do Rio Aiuruoca, no local denominado Olaria ou Barreiro, na divisa entre São Vicente de Minas e Andrelândia no ano de 1999. A medida

<sup>18</sup> VIEIRA, Dalmo Filho. Construção Naval Tradicional no Brasil – Canoas, janeiro de 2003.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

aproximada da canoa é 10,60 metros de comprimento e 70 centímetros de largura. A referida canoa encontra-se guardada no galpão do Parque de Exposição no município de São Vicente de Minas e está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas.



Figura 07 – Foto da canoa no parque de exposição em São Vicente de Minas.

De acordo com as informações coletadas no Jornal “NPA INFORMA”<sup>19</sup> N ° 7 de janeiro de 2000:

*“(...) duas canoas foram desenterradas por moradores da região. Uma delas, a menor, teria sido partida em duas: um pedaço teria sido transformado em cocho para gado por um fazendeiro, e o outro queimado. A outra canoa, felizmente, foi recolhida pela Prefeitura de São Vicente de Minas. (...)”*

*Há informações de que o local onde a canoa foi achada estaria próximo a uma aldeia indígena destruída pelos portugueses ou*

<sup>19</sup> NPA INFORMA – Órgão oficial de divulgação do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*bandeirantes no início do século XVIII. E não longe dali várias ossadas humanas foram achadas, segundo um artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro de 1904.”*



Figura 08 e 09 – Canoa no parque de exposição em São Vicente de Minas.

O Rio Aiuruoca é rico em corredeiras e cachoeiras. Suas águas límpidas formam cascatas lindíssimas no decorrer do seu curso. O Aiuruoca é um dos principais afluentes do Rio Grande que se estende de Minas Gerais a São Paulo e tem sua nascente localizada na Serra da Mantiqueira.

A Marinha Brasileira<sup>20</sup> esclareceu que a canoa encontrada é uma embarcação monóxila<sup>21</sup>, e que a embarcação:

*“a) (...) foi empregada a técnica de construção naval desenvolvida pelos povos nativos; b) Quanto à época de confecção (datação) dessa canoa, o que se pode afirmar no momento é que pertence ao período pós-*

<sup>20</sup> Ofício n.º 478/2009 – DPHDM – MB Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Marinha do Brasil, Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ª edição, Editora Positivo, 2004, p. 1356, o significado é Embarcação cujo casco é constituído de um só tronco de árvore escavado a fogo ou com ferramentas apropriadas, como, por exemplo, a piroga.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*contato (...). c) Tal artefato é de valor cultural, enquanto representação material de tecnologia desenvolvida por povos nativos e formadores da sociedade brasileira; é de valor arqueológico, enquanto vestígio de cultura material resultante da presença do homem em determinado espaço geográfico, independente da época que o uso desse espaço tenha ocorrido(...).”*

Foi encaminhado para o Instituto de Biociências da Universidade Federal de São Paulo / Departamento de Estudos Evolutivos Humanos, aos cuidados do Doutor Walter Alves Neves, uma amostra da madeira da referida canoa para que fizesse uma análise pelo método C14 (Carbono 14) para verificar a datação da mesma. O referido material foi analisado pelo Laboratório Beta Analytic Radiocarbon Dating, Miami, Flórida, o qual constatou que a datação por radiocarbono da amostra da madeira está entre o período de 1480 a 1660. Conforme documentação, “a amostra proporcionou bastante carbono para uma medição precisa e a análise foi realizada normalmente.”

Segundo informações do Diretor do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR / UFMG), Dr. Luiz Antônio Cruz Souza:

*“A datação da Madeira pode ser feita por Carbono 14 se esta for de corte anterior a 1750, devido às mudanças na atmosfera após este período, que causaram divergências na composição do ar e por consequência nos seres vivos, que mantém, através da respiração, um equilíbrio de C14/C12 em seus organismos. Na verdade, o momento zero do processo, quando efetivamente cessa o equilíbrio entre o ser vivo e o meio ambiente, é o momento no qual o ser vivo morre, ou no caso da árvore, quando do corte do tronco, que efetivamente causou a morte da planta.”<sup>22</sup>*

De acordo com a análise do Laboratório de Madeira e Produtos Derivados a madeira é da espécie *Platycyamus regnelli*, Leguminosae, nome popular: Angelim-rosa ou pau-pereira.

Conforme análise do Engenheiro Florestal do Ministério Público de Minas Gerais, Fabiano Palhares Silva:

*“Para um indivíduo da espécie em questão ter a capacidade de gerar uma tora para construção de canoa de 10,60 metros de comprimento, este deve ter no mínimo 30 anos de idade, pois é nesta idade que tal espécie atinge a idade adulta e o porte necessário para extração de referido volume de madeira. Cabe ressaltar que a idade*

<sup>22</sup> Referência para pesquisa: [http://qnesc.sbg.org.br/online/qnesc16/v16\\_A03.pdf](http://qnesc.sbg.org.br/online/qnesc16/v16_A03.pdf)



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

*mencionada refere-se ao limite inferior, visto que árvores de Pau Pereira podem atingir idades próximas à 200 anos, sendo assim, uma árvore desta espécie, que tenha entre 30 a 150 anos de idade seria capaz de gerar madeira suficiente para a construção da referida canoa.”*



Figura 10 – Demonstra a largura da canoa e o detalhe do acabamento.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 11 – Detalhe da outra extremidade da canoa. Esta ponta da canoa sofreu um desgaste, causada por alguma intervenção, humana ou temporal.

## 6 - CONCLUSÕES

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras. Como dizia o filósofo romano Cícero, “*A história é mestra da vida, luz da verdade e testemunha dos tempos*”. É no passado que se encontra o futuro. É na história que se devem buscar os ensinamentos capazes de construir o futuro.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. Nesse caso da Canoa representa a história do nosso país.

A Carta de Santos, que foi elaborada durante o 2º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado nos dias 23 e 25 de setembro de 2004, na cidade de Santos, São Paulo, aprovou algumas conclusões e recomendações, entre elas:

*“13 – Os bens culturais não devem ser retirados do meio onde foram produzidos ou do local onde se encontram vinculados por razões naturais, históricas, artísticas ou sentimentais, salvo para evitar o seu perecimento ou degradação, devendo ser reintegrados ao seu espaço original tão logo superadas as adversidades.”*

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A canoa analisada constitui Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Vicente de Minas. Por tal motivo deve este defender, preservar e recuperar seu patrimônio cultural, considerando o que a legislação apregoa:

### Lei Federal n ° 3.924/1961:

*Artigo 1 ° - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o artigo 175 da Constituição Federal.*

- É competência constitucionalmente imposta aos municípios “Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” bem como “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural” (art. 23, III e IV – CF/88), além de “legislar sobre assuntos de interesse local” (art. 30, I);
- Os Municípios devem exercer, na sua plenitude, as suas respectivas competências constitucionais concernentes à proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio, principalmente, da atividade legiferante complementar e supletiva.
- É vinculada, e não discricionária, a atividade do Poder Público na proteção, preservação e promoção do Patrimônio Cultural, sob pena de responsabilização;

A canoa indígena em questão possui valor cultural<sup>23</sup>, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência.

Acumula valores formais **raridade, arqueológico, turístico, histórico (de antiguidade), testemunho e identidade**. Estes valores agregados à Canoa analisada constituem o testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento desse bem cultural são indispensáveis para estudá-lo e interpretá-lo, tanto por estudiosos como por arqueólogos, em nome das gerações presentes e a vir.

Por ser bem que detém um inestimável valor, deve ser distinguido pelo **tombamento** que visa protegê-lo de eventuais destruições ou descaracterizações.

- **Sugere-se o tombamento do bem cultural, com elaboração de dossiê onde deverão ser traçadas diretrizes que contemplem um local adequado, preferencialmente um museu, para seu acondicionamento, buscando preservar**

<sup>23</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

a **singularidade do bem arqueológico**. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu é definido como *“uma instituição a serviço da sociedade, que conserva, comunica e expõe com finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação e a cultura, bens representativos da natureza e do homem.”*

- **O tombamento deve ser embasado em lei municipal que resguarde o bem arqueológico, com legislação específica.**
- **Sugere-se levantamento histórico e pesquisas arqueológicas (mediante equipe técnica qualificada) que possibilitem um maior conhecimento sobre os relatos apresentados a esta Promotoria. Deve ser elaborado um memorial contendo a referida pesquisa e que este memorial esteja integrado à Canoa.**
- Sugere-se que o Município faça contato com o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis<sup>24</sup> (CECOR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que se disponibilizou, mediante convênio, a fazer uma pesquisa e elaborar um projeto de conservação da Canoa analisada. **O Laudo deverá descrever o estado de conservação, com anexos fotográficos, indicando quais as medidas necessárias para manter a sua integridade. A análise deve contemplar se há alguma proteção na superfície da madeira que esteja protegendo a canoa da degradação do tempo.**

## 6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se julgarem necessários. Segue este laudo, em 15 (quinze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2010.

Karol Ramos Medes Guimarães  
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785

<sup>24</sup> Responsável pelo CECOR, Dr. Luiz Antônio Cruz Souza, Diretor da Escola de Belas Artes da UFMG.

